



O LUGAR DA PEDAGOGIA DISCURSIVA NO COMBATE
À DESINFORMAÇÃO: APRENDER A ENSINAR AS
CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

THE IMPORTANCE OF DISCURSIVE PEDADOGY IN
COMBAT MISINFORMATION: LEARNING TO TEACH
PRODUCTION CONDITIONS

Pedro Henrique Varoni de CARVALHO¹

¹ Docente do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: <pedrovaroni@ufscar.br>.





RESUMO

O funcionamento das redes de desinformação tem impactado as relações pessoais e a política institucional no Brasil contemporâneo e suas estratégias não estão desvinculadas de aspectos linguístico-discursivos. Buscamos identificar as possíveis contribuições do dispositivo teórico conceitual da análise do discurso de orientação francesa para reduzir seus efeitos, sobretudo através da problematização do conceito de condições de produção. A redução da capacidade de interpretação metafórica dos enunciados e seus contextos históricos, bem como das diferentes filiações dos sujeitos em posicionamento político-ideológico, tem contribuído para a fratura social no Brasil contemporâneo. A questão que se coloca é a necessidade de uma pedagogia discursiva como ferramenta de educação midiática para formação de leitores/produtores de conteúdo críticos na sociedade midiaticizada.

PALAVRAS-CHAVE

pedagogia discursiva; desinformação; educação midiática; política brasileira.

ABSTRACT

The functioning of misinformation networks has impacted personal and politicians' relations in contemporary Brazil and their strategies are not disconnected from linguistic-discursive aspects. We seek to identify the possible contributions of the conceptual theoretical device of the French-oriented discourse analysis to reduce its effects, especially through the problematization of the concept of production conditions. The reduction in

the capacity for metaphorical interpretation of statements and their historical contexts, as well as the different affiliations of subjects in political and ideological positions has contributed to the social fracture in contemporary Brazil. The questions that arise is the need for a discursive pedagogy as a media education tool for the formation of critical content readers/producers in the mediatized society.

KEYWORDS

Discursive Pedagogy; misinformation; media education; Brazilian politics.

As experiências comunicativas contemporâneas têm passado por transformações profundas que redefinem desde as novas configurações do debate público até a própria noção de espaço. As redes interconectadas se caracterizam pela proliferação de variadas plataformas que organizam e segmentam os fluxos discursivos conforme suas configurações editoriais: uma rede destinada ao mundo de trabalho, outra aos textos breves e fotos de lazer, dentre outros direcionamentos que tornam mais complexo e fragmentado o exercício comunicativo para indivíduos, instituições, empresas, artistas, classe política, educadores. É uma dinâmica que nos leva hora para o assujeitamento às regras do jogo, hora para experiências possíveis de produção de conhecimento coletivo, que podem se instalar como resistência. As técnicas algorítmicas que interpretam nossos gostos a partir da disponibilização dos rastros de navegação definem, em circulação direcionada, a oferta de conteúdo disponível, numa estratégia que alimenta com os dados pessoais as novas configurações da economia e da política. É uma mudança que envolve toda dinâmica social: do dispositivo jurídico ao



educacional, passando pelas formas de organização do trabalho, os fluxos do capital e a produção de subjetividades.

Nesse contexto, há um apelo incessante às manifestações gerando como consequência o deslocamento do debate público para esses espaços controlados pelas grandes corporações que tem impactado os sistemas político e comportamental nessa segunda década do século XXI. Ainda que o problema seja conhecido e problematizado em estudos de vários campos científicos, importa, para nossos propósitos, pensar a relação desse espaço comunicativo com a “fratura social” (SALGADO; OLIVA, 2020), como característica presente no Brasil contemporâneo. Todos conhecemos hoje seus efeitos, dividindo familiares, instaurando interditos nos ambientes profissionais e comunitários. Passamos a conviver com uma polícia discursiva que sugere um refinamento dos mecanismos de controle e com a proliferação de expressões de ódio e ataques à civilidade, uma intolerância à diferença. O fenômeno é transnacional e tem, em grande medida, motivações específicas. Os ataques digitais são orquestrados por uma extrema direita global, que saltou do anonimato das redes, perceptível, por exemplo, nas cenas da invasão do capitólio após Donald Trump perder a eleição norte-americana. Os supremacistas brancos ganharam as telas do mundo com sua pauta ultraconservadora, nacionalista, sexista, excludente e violenta, sinalizando novas formas de conduta que podem ir além de um fato isolado no contexto americano.

Não é tarefa fácil identificar uma origem dessa mudança, mas é possível arriscar alguns caminhos, sobretudo se circunscrevermos nossa análise às particularidades do Brasil, onde também essa tendência se faz presente. O epicentro do fenômeno por aqui está ligado às manifestações de 2013, foi intensificado no processo de afastamento de Dilma Rousseff da



presidência da república, como golpe político-jurídico-midiático, e ganhou novos contornos nas eleições presidenciais de 2018. As razões da fratura social são complexas e variadas, tem raízes para além dos fenômenos recentes- em certo sentido é constitutiva de nossa experiência histórica-, mas, para o que interessa aqui, serão pensadas a partir de uma análise do funcionamento das discursividades no ambiente digital nos últimos anos que cumpre examinar a partir de suas condições de produção.

O conceito de condições de produção, a partir de Pêcheux (2010) expõe as armadilhas da superficialidade linguística e problematiza a necessidade de buscar um gesto de interpretação para além de uma visão instrumental da linguagem, repensando o esquema informacional entre emissor e receptor. Pêcheux (2010) demonstra a existência das formações imaginárias nas interações que dizem respeito a imagem que os sujeitos fazem de si, do outro e do referente, que se torna objeto imaginário. Esse modelo rompe com certa concepção da transparência da linguagem e busca atingir outras camadas do texto em que não o não dito precede e domina o dito. As especificidades das condições de produção nas redes interconectadas em que a intermediação se dá por atores humanos e não humanos, com utilização de técnicas algorítmicas, complexificam as possibilidades do exercício da análise do discurso, tal como concebida Pêcheux (2010). A questão contemporânea amplia o ponto de vista da análise para a produção e participação. Ler e interpretar são verbos que se conjugam hoje com a ideia de produzir e fazer circular. O gesto de interpretação é também produção cotidiana nas redes interconectadas.

Luciana Salgado e Jaime Oliva (2020), seguindo o pensamento de Milton Santos (2000), recorrem ao conceito de espacialidade comunicativa como um desdobramento dos espaços em meios técnicos e informacionais



descritos pelo geógrafo, adaptado ao contexto atual das redes interconectadas. A ubiquidade das tecnologias de comunicação faz com que os espaços sejam caracterizados pelas passagens instantâneas do virtual ao presencial, acentuando os processos de desterritorialização. A particularidade das condições de produção nesse ambiente se deve ao fato de que se trata de espaços ao mesmo tempo controlados (com senhas de acesso e dados pessoais tornados mercadoria valiosa) e abertos, no sentido que se inscrevem em redes onde agem os olhos de uma vigilância ubíqua. “As redes formam, isto sim, um panóptico eletrônico, pois, sob aparência de espaço que promete liberdade, elas permitem controle total.” (SANTAELLA, 2016, p.100).

O apelo incessante à manifestação nesses espaços comunicativos transforma também as subjetividades. Han (2018) identifica nesse movimento uma tendência a transferir para as plataformas a gestão de nossas subjetividades, transformando as pessoas em sujeitos da performance que abdicam de si mesmos, diante do imperativo das métricas que atestam o alcance de sua influência. O valor da performance se inscreve como a presença do modelo neoliberal na biopolítica. Para além dos imperativos que transformam a relação do mundo do trabalho com as redes intermediadas pelas plataformas, há um efeito sobre as vidas privadas e uma nova configuração da existência, a partir do que poderíamos chamar de narrativa de si. Foucault (2017) na sua primeira aula do curso “A Coragem da Verdade” estabelece recortes históricos de longa duração para pensar os princípios sobre o discurso de si: do ocupa-te de ti mesmo dos diálogos socráticos ao desenvolvimento de uma “cultura de si” (Foucault, 2017, p.6), onde se elabora todo um jogo de práticas de si que sinalizam diferentes relações de saber e poder. Nesse jogo, sempre foi dada uma grande importância ao outro, aquele para quem se

elabora o discurso. Era necessário certa qualificação ao parceiro que recebia essa narrativa da verdade sobre si mesmo, o pastor, o sábio, o médico, o cientista, o psicólogo.

As redes sociais incitam a uma narrativa de si destinada não mais ao ouvinte qualificado, mas à performance quantitativa, com circulação imprevisível. Em certo aspecto, cada sujeito se torna uma mídia de si mesmo, cujo sucesso é definido pelos seguidores, compartilhamentos, capacidade de influenciar. Verbos como lacrar e cancelar definem os modos de funcionamento do chamado das redes. A manutenção de nossa vida e das atividades está associada a ver e ser visto. O que publicar nas inúmeras plataformas, o que compartilhar, o que comentar são atividades que perpassam nossa rotina adquirindo as vezes a aura de um entretenimento passageiro e em outras de obrigação moral, uma necessidade de nos posicionarmos sobre os mais variados assuntos. Nessas teias, agem os algoritmos como uma não estrutura, aberta e imprevisível, tanto na distribuição dos conteúdos que produzimos, como, principalmente, no que chega até nós.

Salgado e Oliva (2020) identificam duas semânticas distintas e coexistentes nas técnicas comunicativas contemporâneas. Uma se refere aos padrões de controle (rastreamento, seletividade, filtragem) e a segunda é destinada a distribuição (propagabilidade, partilha, multiplicação). A primeira se define pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de controle que resultaram num modo de funcionamento com senhas de acesso, programas fechados. A segunda, a cultura digital, tem raízes nos movimentos da partilha hacker, dos códigos abertos, do remix e do compartilhamento. Essas duas correntes disputam os espaços comunicacionais, com a clara hegemonia da primeira, principalmente nos últimos anos. Não se pode pensar as duas tendências



como blocos homogêneos, mas como gradações diferentes, que oscilam entre a lógica do controle e do compartilhamento. A configuração inicial da internet no Vale do Silício, como um encontro entre empreendedores, tecnologias da guerra fria e herdeiros dos movimentos contraculturais dos anos 1960 – tal como descrito por Castells (2004) - foi cada vez mais instrumentalizada pelo mercado, tornando os padrões de controle dominantes e a comercialização dos dados pessoais o bem mais cobiçado do capitalismo contemporâneo.

A questão é tanto complexa quanto intrigante, na medida em que a difusão da internet em que muitos falam para muitos- ao contrário da forma de organização das mídias tradicionais- não trouxe, numa perspectiva macropolítica, uma qualificação do debate público ou a elevação do patamar civilizacional. A concentração de poder global por parte das grandes plataformas cria um efeito de homogeneidade em que a ilusão da liberdade de expressão esconde o refinamento dos mecanismos de controle. Mas isso não se dá sem resistência e disputas. A cultura digital também é parte do jogo, a ética do compartilhamento, da transparência, do compromisso com a verdade factual não está fora, mas parece lutar em terreno desigual- ou com armas desiguais, já que a questão de fundo é ética.

As reações se dão também em relação ao que se convencionou definir como pós-verdade, expressão que emerge após a eleição de Trump em 2016. Escolhida como palavra do ano, em 2017, pela Oxford Dictionary, uma divisão da Oxford University Press², seria a percepção da ideia de que os fatos objetivos têm menor influência para moldar a opinião pública do que apelo às emoções ou crenças pessoais. O filósofo chinês Yuk Hui identifica

² <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year>. Acessado em 22 jan. 2017.

nesse contexto uma “guerra de informações inverídicas e desinformação- o que caracteriza a política da pós-verdade” (Hui, 2020, p. 207). Hui retoma Foucault na inversão de um aforismo de Carl von Clausewitz de que “a guerra é a política continuada por outros meios” para “a política é a guerra continuada por outros meios” (Foucault, 2010). A pós-verdade como um enunciado que reflete nossos tempos foi, por vezes, interpretada como disputa narrativa, rompendo a relação referencial entre o fato e sua descrição. A ascensão de governos autoritários se colocou como contraponto à tradição iluminista e das conquistas libertárias do pós-guerra e foi sucedida pela pandemia da covid 19. Um real histórico que tornou evidente as consequências desastrosas da desinformação, o tamanho do problema e a necessidade de enfrentá-lo.

O modo de funcionamento da desinformação tem ensejado diferentes reações. Dos arcabouços jurídicos à proliferação das agências de fact checking, passando pelo dispositivo educacional, há um esforço coletivo de combate a esse inimigo comum. Ainda assim, os avanços não se dão na mesma proporção da disseminação de informações, negacionismos científicos, agenciando nas redes milhões de pessoas para as causas obscuras. Yuk Hui identifica na tecnologia um efeito de sincronização trazido pela modernização. Diferentes tempos históricos convergem em um eixo de tempo global que prioriza determinados modos de ser e tipos de conhecimento. O rompimento desse modelo passa por uma visão decolonial que aposte numa “fragmentação que nos libertará do tempo histórico linear. Trata-se de olhar para a diversidade cultural para a partir dela recontextualizar as tecnologias modernas. As linhas de fuga passam, portanto, pela reinvenção dos espaços comunicativos, tal como proposto por Milton Santos: “como um diálogo transversal desse tipo



seria possível quando o mundo inteiro foi sincronizado e transformado por uma força tecnológica gigantesca?” (Hui, 2020, p. 18), pergunta o filósofo.

Nesse ambiente, ao mesmo tempo controlado e aberto, os enunciados são ressignificados, na forma de compartilhamentos, comentários, numa dissociação entre a formulação e circulação fazendo com que os efeitos de sentido se transformem. Esse modo de funcionamento não é, na maioria das vezes, espontâneo, mas resultante do ambiente de radicalização política, motivada principalmente pelos grupos de extrema direita e, não raro, alimentado por robôs. A fratura social é articulada, com um modo de procedimento em escala global, embora no Brasil tenha particularidades e intensidades singulares. É possível identificar a presença de estratégias que se repetem nos países governados pela extrema direita, como relata o jornalista Guiliano de Empoli (2019). Ele descreve o trabalho dos engenheiros do caos, especialistas em marketing digital que estão por trás da ascensão ao poder de lideranças como Donald Trump, Boris Johnson, Matteo Salviani e Jair Bolsonaro. Através de uma mistura de técnicas de mineração e análise de dados, esses estrategistas capturam informações sobre usuários das redes e produzem notícias falsas e teorias da conspiração para conquistar mais visibilidade e votos para seus personagens e causas políticas. A explicitação dessas estratégias chama atenção para a dimensão criminosa do fenômeno da desinformação e para as possibilidades de manipulação diante do contexto de apropriação dos dados pessoais estimulados pela nossa expressão constante nas redes sociais.

A desinformação se dá também pela lógica do excesso, como atesta um relato feito por Flávio Morgado e Eduardo Reis de Mello, que durante dez dias se infiltraram em grupos bolsonaristas no aplicativo Telegram. O grupo Patriotas 2.0 defende o armamento massivo da população e o Antivacinas BR



2021, faz propaganda da cloroquina e do negacionismo científico. Cada um deles tem em média 10 mil seguidores que propagam para outros grupos os conteúdos que circulam. Em um espaço de oito horas, alguns perfis emitem cerca de 250 mensagens, do tipo “mulher negra diz que todos os brancos devem morrer”; “casal de gays obrigam filho adotivo a namorar coleguinha na escola”.

É tudo um pastiche do real. A teoria se resume aos robôs-pautas, uma espécie de perfil falso, gerenciado por alguém que gerencia outras contas como essas em outros grupos similares, e espalha as notícias falsas do dia, as matérias espetaculosas que visam os mesmos alvos e a as inúmeras teorias da conspiração (MORGADO; MELLO, 2021, on-line)

O relato dos infiltrados na bolha bolsonarista transpõe o grande muro simbólico da fratura social e demonstra também os grupos alcançados por essa estratégia, através dos perfis reais dos participantes: pessoas de meia idade, jovens com dificuldade de relacionamento, oficiais de reserva, segundo os autores. “O bolsonarismo é o subproduto de uma crise geral de representatividade, mas atizada em sua pior faceta” (MORGADO; MELLO, 2021, on-line), analisam. Para além das identificações ideológicas com causas conservadoras, há um modo de organização dos fluxos discursivos, se valendo da tecnologia, que está por trás do crescimento do negacionismo científico e de preconceitos variados. Uma produção de medo para a venda da solução.

ANÁLISE DO DISCURSO: UM LUGAR PARA INTERPRETAÇÃO

Até aqui procuramos demonstrar que há uma associação entre estratégias de manipulação nas redes interconectadas, baseadas na desinformação e a fratura social como traço social do Brasil contemporâneo. A lógica das técnicas



algorítmicas se baseia, como vimos, no mapeamento dos gostos, medos, identificações que nossos rastros de navegação deixam nesses ambientes controlados. Identificamos também um jogo de poder que opõe diferentes procedimentos éticos no uso da tecnologia. Enquanto um modelo se inscreve na lógica da captura de dados para fins de manipulação/comercialização, um segundo alimenta a utopia de uma sociedade do conhecimento, a partir do compartilhamento de informações livres. Nessa guerra, o primeiro modelo tem levado vantagem. A instrumentalização do ambiente digital, através da desinformação, serve a interesses políticos e a fluxos do capital num jogo que inverteu as expectativas mais otimistas em relação à internet no início do século³.

A partir desse contexto brevemente descrito, gostaríamos de reivindicar um ponto de inflexão, que é, na verdade, de reflexão sobre a contribuição do dispositivo teórico- metodológico da análise do discurso de orientação francesa, resultante das contribuições de Michel Pêcheux (2011) e Michel Foucault. Pêcheux (2011) demonstrou que a questão do discurso é fundamentalmente interpretação. As diferentes formações discursivas em que os sujeitos se inserem provocam diferentes interpretações para o mesmo significante. O modo de funcionamento das redes torna, como vimos, o gesto de interpretação também produção, na medida dos compartilhamentos e comentários que (re) circulam conteúdos diversos. Essa percepção de que a interpretação dos significantes depende da formação discursiva do sujeito não deixa de ser o mecanismo que orienta as ações orquestradas e obscuras dos engenheiros do

³ Nesse sentido, as políticas públicas de cultura do Ministro Gilberto Gil (2003-2008) indicavam novas possibilidades com os seus pontos de cultura, assunto tratado em estudo anterior (CARVALHO, 2015).



caos. As técnicas da inteligência artificial buscam entender crenças, medos, emoções dos sujeitos interconectados, preparam o pacote de desinformação customizado, de modo a influenciar os processos políticos que tem levado ao poder a extrema direita em muitos países do mundo, numa estratégia que vem junto com a criminalização da política institucional, como demonstra Giulino de Empoli (2019). As semelhanças entre a operação mão limpas na Itália e a lava-jato brasileira são elucidativas.

Michel Pêcheux (2011) procurou demonstrar que a interpretação dos enunciados, sempre passíveis de se tornarem outros, se dá pelas redes de filiação história e pelo inconsciente. Eni Orlandi (1988) retomando o pensamento de Pêcheux, observa que a noção de discurso acolhe o jogo entre uma relativa estabilidade e o equívoco. O lugar da interpretação é lugar de falha, da ideologia e do trabalho do inconsciente. As transferências consistem em processos de identificação a partir de uma pluralidade de filiações históricas. Assim, a lógica da desinformação se dá no vácuo de processos de identificação de grupos sociais que tem seus medos e preconceitos alimentados com fake News. A teoria de Michel Pêcheux, inscrita no materialismo histórico, pensava em desvendar a maquinaria dos discursos para conscientizar as massas de sua exploração, o oposto do que acontece hoje com o que Morgado e Mello (2021) chamam, ironicamente, de hub de desinformação. A lógica parece ser mais conhecer as emoções e medos, crises de representações de grupos deixados à margem pela política tradicional para produzir conteúdo falso, fazendo do desencanto a porta de entrada para os salvadores da pátria.

A análise do discurso como disciplina de interpretação que problematiza as condições de produção e as relações com a história e a ideologia pode



funcionar como um dispositivo teórico diferencial no entendimento (e no combate) da desinformação, justamente porque toca num ponto cego ausente nas importantes iniciativas de checagem de dados inverídicos: a não transparência da linguagem. Sem problematizar as condições de produção, as filiações históricas dos sujeitos e discursos, a língua como sistema significante sujeito ao equívoco e deslizamento, atuaremos como bombeiros de um incêndio que tende a se alastrar, sem que se ataque suas causas. Não se trata de um trabalho imediato, mais de uma pedagogia discursiva que busque a formação de sujeitos mais críticos para lidar com a complexidade do espaço comunicativo.

Orlandi (1988) estabelece como eixo de funcionamento dos discursos, a relação contraditória entre paráfrase e polissemia. “Aí está posta, a relação entre o mesmo e o diferente, a produtividade e a criatividade na linguagem”. (ORLANDI, 1988, p. 6). Na perspectiva discursiva a paráfrase é a reiteração do mesmo e a polissemia a inscrição da diferença. O sentido é tanto definido pelas condições de produção quanto pela incidência da memória- o interdiscurso- e do inconsciente que resulta numa concepção da língua como um sistema significante sujeito ao equívoco. O gesto da interpretação é espaço da contradição. É o que permite o dizer do sujeito pela ordem do repetível (portanto da paráfrase) e pelo deslocamento (historização e polissemia). Orlandi (1988) propõe uma diferenciação entre o discurso autoritário (no qual se tenta conter a polissemia), discurso polêmico (a expõe relativamente) e discurso lúdico (o da polissemia aberta, expõe o sujeito ao jogo). Vamos a dois exemplos que podem ilustrar as redes de saber e poder em torno da fratura social brasileira. Em comum, eles se baseiam na recorrência de paráfrases.



PARÁFRASE E POLISSEMIA NAS REDES CONTEMPORÂNEAS

Vamos tomar como objeto de análise dois casos de paráfrase. O primeiro, envolvendo um tuíte do jornalista e escritor João Paulo Cuenca, em agosto de 2020, retomando um antigo ditado da revolução francesa e o segundo a publicação de um vídeo do ex-secretário da cultura, Roberto Alvin, parafraseando o ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels. São em certo sentido manifestações de polos opostos da fratura social brasileira contemporânea. Mas o fato de utilizarem uma mesma figura de linguagem e ensejarem movimentos de repercussão opostos parecem ilustrativos dos diferentes efeitos de sentido no espaço comunicativo contemporâneo, bem como das estratégias em jogo.

João Paulo Cuenca publicou em junho de 2020 um tuíte na sua conta na rede social. “O brasileiro só será livre quando o último Bolsonaro for enforcado nas tripas do último pastor da Igreja Universal.” O enunciado é uma paráfrase de um ditado atribuído aos iluministas Voltaire e Diderot, a partir das confissões do abade Jean Meslier (1664-1729): “o homem só será livre quando o último rei for enforcado nas tripas do último padre”⁴. O escritor relata, em artigo publicado na revista *piauí*, o contexto de publicação da frase.

O provérbio iluminista me veio de supetão, quando eu acabava de ler uma notícia sobre verbas de comunicação do governo federal canalizadas para os canais de rádio e tevê de grandes igrejas evangélicas, essas fortalezas eleitorais que estão conduzindo o Brasil ao precipício. Indignado com a notícia, reescrevi a frase, como já fizeram tantos ao longo da história, como se acrescentasse mais uma boutade às tantas que correm nas redes sociais, como alguém que rabiscasse a toalha

⁴ A frase original do Abade, conforme edição de Voltaire teria sido. “Eu gostaria, e este será o último e mais ardente dos meus desejos, eu gostaria que o último rei fosse estrangulado com as tripas do último padre”.



de papel de um restaurante ou cuspiisse ao passar perto de um busto de um general na praça. (CUENCA, 2021, p.32)

A reação foi imediata. Em poucos minutos centenas de pessoas se manifestaram no tuíte de João Paulo Cuenca. Alguns, relata o escritor, enviaram mensagens privadas com ameaças de morte e insultos. Nas horas seguintes, orientado por um advogado, o escritor apagou o tuíte original e escreveu um thread- uma sequência de tweets de uma mesma pessoa para detalhar uma ideia- explicando o contexto de que se tratava de uma paráfrase. As consequências foram além das manifestações nas redes sociais. A editora da empresa onde o jornalista trabalhava, Deutsche Welle, rede pública de mídia alemã, o demitiu com a justificativa de que a corporação busca se opor a qualquer discurso de ódio. As reações ganharam também o campo jurídico. Até a data da publicação do diário do escritor na revista *piauí* existiam 77 processos, com a mesma argumentação em 19 estados da Federação. “Todos movidos por pastores da Igreja Universal” (CUENCA, 2021, p. 34), esclarece o jornalista e escritor.

Não importa aqui qualquer juízo moral sobre o enunciado de Cuenca, se ele também se inscreve nos discursos de ódio e agressividade, que, afinal, se voltaram contra ele. Interessa mais pensar o modo de funcionamento do enunciado, a forma como ao circular produz outros sentidos. Considerando as contribuições de Foucault (2004), podemos pensar a manifestação do escritor como enunciado. Há um sujeito do discurso, escritor e jornalista que utiliza uma rede social, o twitter, onde, na data de 10 de fevereiro de 2021, tinha 41,6 mil seguidores. O campo de forças que o enunciado emerge é das resistências ao fortalecimento de uma ordem midiática- política-religiosa que possui ligação estreita com o Governo Bolsonaro. Há um domínio de

memória, o enunciado da revolução francesa, tantas vezes repetido e adaptado como jogo de linguagem. “Uma boutade”, como assinalou Cuenca, um jogo com a linguagem em que o aspecto metafórico e seu domínio de memória são determinantes para o sentido. “Em nenhum momento eu disse que as pessoas “devem ser enforcadas” - e acreditar no contrário é simplesmente desconsiderar a existência de linguagem figurada ou qualquer capacidade de abstração.” (CUENCA, 2021, p. 32)

Mas algo saiu da ordem dos efeitos previstos, como pode ocorrer com frequência nas redes interconectadas, com sua estrutura aberta. O enunciado rompeu a bolha do discurso da esquerda política, deixou de ser uma figura de linguagem, uma metáfora de três séculos, para adquirir uma interpretação literal, como se o que ocorresse de fato fosse a violência encarnada. À primeira reação, com ameaças ao jornalista, se seguiu a manifestação, na mesma rede social, do filho do presidente, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro (com 1 milhão e 900 mil seguidores em 10/02/2021), reproduzindo a decisão da Deutsche Welle de demitir o jornalista e o ameaçando de processo. Foi o bastante para o debate seguir acalorado nas redes, como relata João Paulo Cuenca.

Os deputados neofacistas e seus asseclas celebram publicamente o tumulto nos meus perfis, que há haviam diminuído passados dois dias do tuíte, explode. Escritores, jornalistas e editores demonstram solidariedade, estupefatos, e são também achincalhados pela turba abominável. Passo a tarde, sentado no sofá, imóvel, com o computador no colo, rolando a tela enquanto proliferam comemorações contra mim, vídeos e montagens ofensivas com o meu rosto, ameaças de morte e de processos. (CUENCA, 2021, p. 33)



Os efeitos imprevisíveis da circulação dos desdobramentos do enunciado original de João Paulo Cuenca indicam sua apropriação por diferentes forças: da solidariedade dos que se identificaram com o que ele estava passando aos grupos de extrema direita. Algo, porém, saiu do campo verborrágico das redes para a sua vida pessoal. A perda do emprego e as dezenas de processos indicam o refinamento dos mecanismos de censura e interdição do dizer no Brasil contemporâneo. O ato de apagar o tuíte original já indicava, por parte do escritor, a percepção de que as consequências para sua vida pessoal não valiam a boutade. O episódio também suscitou reações de setores progressistas, veículos de mídia, manifestações de intelectuais, no Brasil e na Europa, e até da justiça. O Procurador da República, Frederico de Carvalho Paiva, decidiu a favor de Cuenca numa representação criminal com o argumento de que “trata-se de liberdade de expressão, que não pode ser tolhido por pessoas ignorantes que não tem capacidade de compreender uma hipérbole” (CUENCA, 2021, p.34). O fenômeno não é particular do contexto brasileiro, de alguma forma atravessa a história mais recente do ocidente, pelo menos desde a primeira eleição de Trump, mas aqui adquire aspectos mais agudos. Há pesos diferentes, como acentua mais uma vez Cuenca em seu diário na revista Piauí.

Desde a campanha eleitoral, membros de um governo miliciano de extrema direita no Brasil ameaçam seus opositores de execução (“fuzilar a petralhada, “mandar a oposição para a ponta da praia”). Além disso, usam slogans nazifascistas em redes oficiais, como o “Brasil acima de tudo”, adaptação de Deutschland über alles (Alemanha acima de tudo), frase adotada por Hitler (...). E houve ainda o ex-secretário da cultura Roberto Alvim fazendo *cosplay* de Goebbels em rede nacional e desfaçatez do ministro Paulo Guedes, citando nominalmente o ministro da economia nazista, Hjalmar Schacht, como exemplo a ser

seguido, ao se referir ao plano de reconstrução econômica de Hitler, que inclui mão de obra servil e militarizada. (CUENCA, 2021, p.34)

Nas manifestações do staff governamental de Bolsonaro, estão presentes incitações à violência e ao autoritarismo. As reações à paráfrase de Cuenca apontam para um silenciamento histórico, esvaziando sua condição de metáfora para acentuar- e punir- a violência literal do enunciado postulando a morte de bolsonaristas e pastores evangélicos.

O efeito de silenciar o processo histórico se fez ver em outra paráfrase, dessa vez protagonizada pelo ex-secretário de cultura do Brasil. Ele fez um discurso com uma estrutura sintática e semântica próxima a um manifesto, de 1933, de Joseph Goebbels, ministro da propaganda na Alemanha de Hitler, porém não explicitou a filiação histórica de sua manifestação. A performance de Alvim, veiculado em vídeo no perfil do twitter da secretaria, foi ao som de uma ópera de Wagner, o compositor preferido de Hitler. Disse o secretário:

A arte brasileira da próxima década será heróica e será nacional, será dotada de grande capacidade e envolvimento emocional, e será igualmente imperativa, posto que vinculada às aspirações urgentes do nosso povo, ou então não será nada” (ROMANO, 2020, on-line)⁵.

A explicitação de que o discurso de Alvim era uma paráfrase do ministro da propaganda nazista se deu por uma reportagem do coletivo Jornalistas Livres, grupo criado em 2015 funcionando através do trabalho voluntário de profissionais que buscavam uma alternativa à cobertura midiática tradicional

⁵ A frase original de Goebbels é “a arte alemã da próxima década será heroica e será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional, com grande páthos e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada., publicada em Joseph Goebbels, uma biografia, editora Objetiva.



no campo político e se mantém com doações de simpatizantes. A filiação histórica do discurso foi consequência de um outro aspecto da vigilância nas redes, aquela destinada a explicitar gestos, atitudes, falas, atos dos poderes políticos, guiados por uma ética do conhecimento.⁶ A cobertura do grupo Jornalistas Livres, no episódio do Secretário da Cultura, pautou a mídia tradicional, o assunto foi o mais comentado no twitter em 17 de janeiro e custou o cargo de Alvim. Ele definiu o episódio como uma “coincidência retórica.” De um ponto de vista discursivo não há coincidência retórica, mas jogo entre a ideologia e o inconsciente.

Assim, temos no caso de João Paulo Cuenca um apagamento da historicidade do enunciado diante de uma interpretação literal da paráfrase da frase da revolução Francesa. Já no episódio de Alvim há um desvelamento da historicidade do enunciado nas dinâmicas colaborativas da rede. Sobre o primeiro ponto, pensamos com Joel Birman (2006), que há um empobrecimento da dimensão simbólica da linguagem, em que a perda do poder metafórico se dá em relação direta com a profusão de imagens. “Vale dizer, a linguagem e o discurso assumem uma feição metonímica e não mais metafórica, em que a metonímia indica um desejo à deriva e sem cortes significativos”. (BIRMAN, 2006, p.189). Já o segundo episódio, demonstra que os espaços comunicativos são atravessados por resistências que vão buscar, onde não estão devidamente elucidadas, as condições de produção do discurso, suas filiações históricas e ideológicas. O que os jornalistas livres fizeram não deixa de ser uma aplicação dos preceitos teóricos do dispositivo teórico da

⁶ Há alguma controvérsia sobre quem descobriu a relação com o texto nazista, não explicitada pelo autor. Teria sido a advogada Manoela Lourenção quem primeiro fez menção ao fato na sua conta no Twitter, logo também observada pelos jornalistas livres que também publicaram.

análise do discurso. Vejam, isso fala antes, em outro lugar. Restituíram ao jogo da paráfrase e polissemia a linha de fuga em relação ao autoritarismo.

APRENDER A ENSINAR AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar o modo de funcionamento dos espaços comunicativos contemporâneos nas redes interconectadas em que convivem certa padronização dos procedimentos com particularidades culturais em territórios específicos. A desinformação faz parte de uma estratégia direcionada envolvendo fluxos políticos e do capital. No caso brasileiro, o fenômeno tem diferenças que dizem respeito à fratura social instalada e alimentada em grupos conectados que agem como multiplicadores das notícias falsas, se valendo das emoções e medos identificados pelas técnicas algorítmicas. Esses conteúdos alimentam um ambiente de ódio e intolerância. Movimento que não ocorre sem resistências de setores que buscam elucidar fatos obscuros ligados ao poder.

O dispositivo conceitual da Análise do Discurso, derivada das contribuições de Pêcheux e Foucault, tem algo a contribuir no combate à desinformação, sobretudo no que se refere ao modo de conceber as filiações históricas dos diferentes sujeitos e os domínios de memória dos enunciados que circulam. Conforme exemplifica a análise da cobertura pelos Jornalistas Livres da paráfrase nazista do secretário de cultura Renato Alvim, é preciso ir além da literalidade dos enunciados, procurando ver neles a presença do interdiscurso. Uma interpretação que considere as condições de produção dos enunciados é capaz de problematizar quais posições sujeitos estão em



jogo, com quais filiações discursivas. Não é por outra razão que a forma autoritária da extrema direita busca o apagamento dessas relações.

O exemplo do Jornalistas Livres é também elucidativo de certo ambiente colaborativo nas redes, a partir de procedimentos de checagem e verificação que fazem parte da deontologia jornalística, cujo capital simbólico de credibilidade está associado à veracidade factual das informações. Se todos somos mídia, é preciso que esses procedimentos sejam eles também democratizados. Perguntas básicas como qual é a fonte da informação e a verificação de sua ocorrência em outras publicações, criam uma responsabilização dos sujeitos sobre o que compartilhar.

O campo interdisciplinar do que se denomina hoje educação midiática⁷ (PRENSKY, 2012) pode abrigar uma pedagogia discursiva para pensar a relação dos sujeitos com as redes conectadas que os levem a formular perguntas sobre as condições de produção dos discursos. As formas de operacionalizar esse conhecimento ou de reconhecê-lo nas dinâmicas da rede- como se deu no episódio dos Jornalistas Livres- são tarefas que se impõem hoje à teoria, diante das demandas do real histórico. Problematizar as condições de produção dos discursos é fomentar nos sujeitos as percepções das formações imaginárias que perpassam sua própria expressão e interpretação da avalanche de conteúdo que tem de lidar todos os dias. É ser capaz de diferenciar na sua individualidade a função sujeito que fala por ele. Não foi outra coisa que motivou a trajetória de Foucault: saber, poder, ética de si.

⁷ A educação midiática é definida como o conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático contemporâneo. Trata-se de um campo transversal que busca difundir novas pedagogias adequadas às novas formas de interação.



Ao discutir os papéis atribuídos ao professor e aluno, Eni Orlandi, propõe um esforço de reversibilidade como uma dinâmica lúdica a partir das relações entre paráfrase e polissemia.

Então, na relação com o imaginário que constitui essa relação entre professor e aluno cabe ao professor, enquanto responsável por um projeto pedagógico, interferir na imagem que o aluno faz do referente, ou seja, do objeto a conhecer. Isto deve ser feito discursivamente: a) A nível teórico, explicitando os pontos de deriva, isto é, trazendo à tona os gestos de interpretação e b) A nível analítico, dando-lhes condições para que eles trabalhem os lugares em que os sentidos podem ser outros (através de uma escuta discursivamente en-formada). Isto permite um trabalho que mude o lugar em que o sentido faz sentido (ORLANDI, 1988, p.10).

Não se trata de tarefa fácil e ela transcende hoje os espaços institucionais da educação, se faz cotidianamente nas redes. Não há tempo a perder diante da urgência que o real histórico nos coloca. Trata-se de traduzir pensamentos complexos, como o de interdiscurso e condições de produção, para uma práxis cotidiana das relações dos sujeitos com as redes. Isso se faz, fundamentalmente, com a valorização das humanidades em todas os processos formativos- da infância à Universidade. A dimensão histórica inerente às discursividades, a explicitação dos modos de funcionamento das linguagens nas suas relações com o sentido, a restituição da metáfora como espaço de resistência à gestos de interpretação que não vislumbram além da superfície das literalidades que comandam as políticas de cancelamento nas redes e os fundamentalismos políticos. A busca da emancipação dos sujeitos como atitude ética, reconectando-nos ao espírito de nascimento da Análise do Discurso como uma disciplina não só de interpretação, mas de transformação do real histórico.



REFERÊNCIAS

BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro, 2006.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gullbenkian, 2004.

CUENCA, J. P. Nada é mais antigo que o passado recente. **Revista Piauí**, n. 172, p. 32-37, jan. 2021.

EMPOLI, G. de. **Os engenheiros do caos: como as fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar pessoas**. São Paulo: Vestígio, 2019.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HAN, B. **No enxame: perspectivas do digital**. Tradução: Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

HUK, H. **Tecnodiversidade**. Tradução: Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu, 2020.

MORGADO, Flávio; MELLO, Eduardo Reis. Dez dias infiltrado em grupos bolsonaristas: um ensaio dialógico ou uma reportagem à paisana. **Palavra Solta**, [S. l.], 2021. disponível em <https://www.revistaapalavrasolta.com/post/dez-dias-infiltrado-em-grupos-bolsonaristas-um-ensaio-dial%C3%B3gico-ou-uma-reportagem-%C3%A0-paisana>. Acesso em: 23 fev. 2021.

ORLANDI, P. E. Paráfrase e Polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Revista Rua**, v. 4, n.1, Unicamp: Campinas, 1998.

PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso**. In: GADET, F.; HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

PECHEUX, M. **Análise do Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011.

PRENSKY, Mark. **From digital natives to digital wisdom: hopeful essays for 21 st century learnign**. Corwin: Corwin, 2012.

ROMANO, G. Roberto Alvim parafraseia o nazista Joseph Goebbels em discurso. **Veja**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/roberto-alvim-parafraseia-o-nazista-joseph-goebbels-em-discurso/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SALGADO, L. S.; OLIVA, J. **Espaço Comunicativo e Fratura Social**. Ebook, Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTAELLA, L. **Temas e dilemas do pós-digital**. São Paulo: Paulus, 2016.

JORNALISTAS LIVRES. Exclusivo: Secretário da cultura de Bolsonaro copia Goebbels em discurso. *Jornalistas Livres*, [S. l.], 2021. Disponível em <https://jornalistaslivres.org/exclusivo-secretario-da-cultura-de-bolsonaro-copia-goebbels-em-discurso>. Acesso em: 23 fev. 2021.

TODOROV, T. **Inimigos íntimos da democracia**. Tradução Joana Angélica d' Avila Melo. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.